



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL Nº 2.728, DE 2007**

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

- ☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☒ estados ☒ municípios
☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☐ NÃO

1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

- ☒ SIM
☒ Aumento de despesa. Quais? Projeto de Lei nº 3.199, de 2008, e Emenda Aditiva nº 1 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação.
☐ Implica diminuição de receita. Quais?
☐ NÃO
☐ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

- ☐ SIM (Emenda nº ____)
☒ NÃO (As emendas apresentadas não suprimem o aumento de despesa)

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

- ☐ SIM ☒ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

- ☐ SIM ☒ NÃO (não há estimativa)

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

- ☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

- ☐ SIM ☒ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: LRF: art. 16, 17 e 21; LDO 2015: art. 108; Súmula nº 1/08 - CFT

4. Outras observações:

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

- Ao analisar o Projeto de Lei nº 2.728, de 2007, inclusive na forma aprovada pela Comissão de Educação e Cultura, o Projeto de Lei nº 3.199, de 2008, apensado, e a Emenda Aditiva nº 1 apresentada na Comissão de Finanças e Tributação, verifica-se que as proposições, ao instituírem a obrigatoriedade do uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas e ao determinar que a União complemente as despesas decorrentes da aplicação da medida, criam despesas de caráter continuado aos entes públicos, ou seja, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com visível implicação no aumento das despesas públicas.

Brasília, 7 de julho de 2015.

Claudio Riyudi Tanno
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira